

AS ALTERNATIVAS DO BRASIL DIANTE DA CRISE DO PETRÓLEO



**Assessoria de Relações Públicas
da Presidência da República
maio 1976**

AS ALTERNATIVAS
DO BRASIL
DIANTE DA CRISE
DO PETRÓLEO

Assessoria de Relações Públicas
da Presidência da República
1976

INDICE

	Pág.
O PETRÓLEO COMO ARMA	3
REFLEXOS INTERNACIONAIS	5
RECURSOS BRASILEIROS	5
BUSCA DE ALTERNATIVA	8
CONTRATOS DE RISCO	9
A EXPERIÊNCIA COMO BASE	11
ESFORÇO BRASILEIRO	13
FUNÇÃO SOCIAL	15

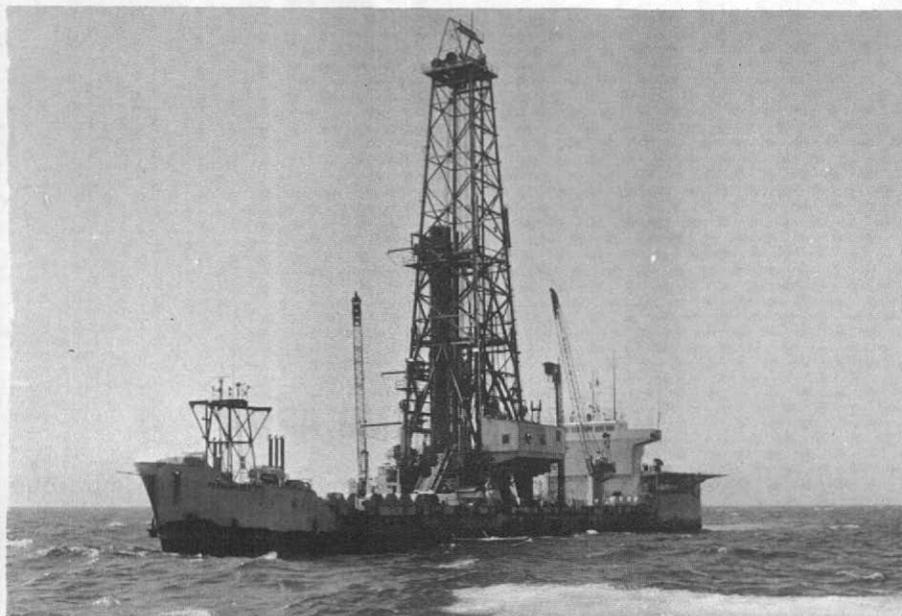
O PETRÓLEO COMO ARMA

Desde 1973, a economia mundial foi envolvida por um 'jogo que provocou profundas modificações no campo das relações internacionais, com a transferência progressiva dos centros de decisão dos países consumidores de petróleo para os produtores.

Embora os primeiros sinais da crise do petróleo, que é também uma crise energética, tivessem aparecido desde 1970, o mundo somente se conscientizou de sua gravidade em 1973. Naquele ano, deflagrada a luta no Oriente Médio, os Países Árabes estabeleceram diretrizes comuns para um plano de corte gradual das respectivas produções de petróleo visando a reduzir os fornecimentos aos países consumidores. E o petróleo, que até então tinha apenas implicações econômicas, passou a ser misturado com a política. Usando-o como arma, os Países Árabes estabeleceram redução mensal de 5% na produção até a retirada final das forças israelenses dos territórios ocupados em 1967.

Responsáveis por 60% das reservas mundiais de petróleo, os Países do Oriente Médio e da África iniciaram, em 1973, um boicote contra as nações consumidoras, afetando especialmente a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão. Ao mesmo tempo, os países

produtores, já então reunidos em uma entidade comum, chamada Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP, passaram a controlar o preço do produto, elevando-o de três dólares, em janeiro de 1973, para mais de 12 dólares o barril, em janeiro do ano seguinte, chegando a 13 dólares no início de 1976.



Embora ocorressem algumas divergências entre os Países Árabes, o embargo — que durou cinco meses — atingiu o objetivo, tornando sensível, após a liberação dos fornecimentos de petróleo, uma relativa mudança no comportamento de algumas nações consumidoras diante do conflito Árabe-Israelense.

Além dos motivos políticos, os países produtores alegaram razões econômicas para quadruplicar os preços do petróleo no mercado internacional, como a defasagem entre a receita proveniente das exportações de petróleo, o aumento da inflação mundial e o custo da produção de petróleo em outras partes do mundo, mais elevado que no Oriente Médio.

REFLEXOS INTERNACIONAIS

A verdade é que essa elevação interrompeu um processo de evolução na economia internacional ocorrido nos anos 60 e nos primeiros anos da década atual, quando nações desenvolvidas e em desenvolvimento encontraram campo adequado para um vigoroso crescimento. As conseqüências foram imediatas, envolvendo países industrializados e emergentes nações não-produtoras de petróleo numa grave crise econômica.

Para os países desenvolvidos que necessitam de fornecimento externo de petróleo, como os Estados Unidos, Japão, Holanda, Itália, Inglaterra e outras nações da Europa Ocidental, o fenômeno representou drástica redução nas atividades econômicas, aumento das pressões inflacionárias, expansão da taxa de desemprego e desequilíbrio nas atividades de comércio exterior.

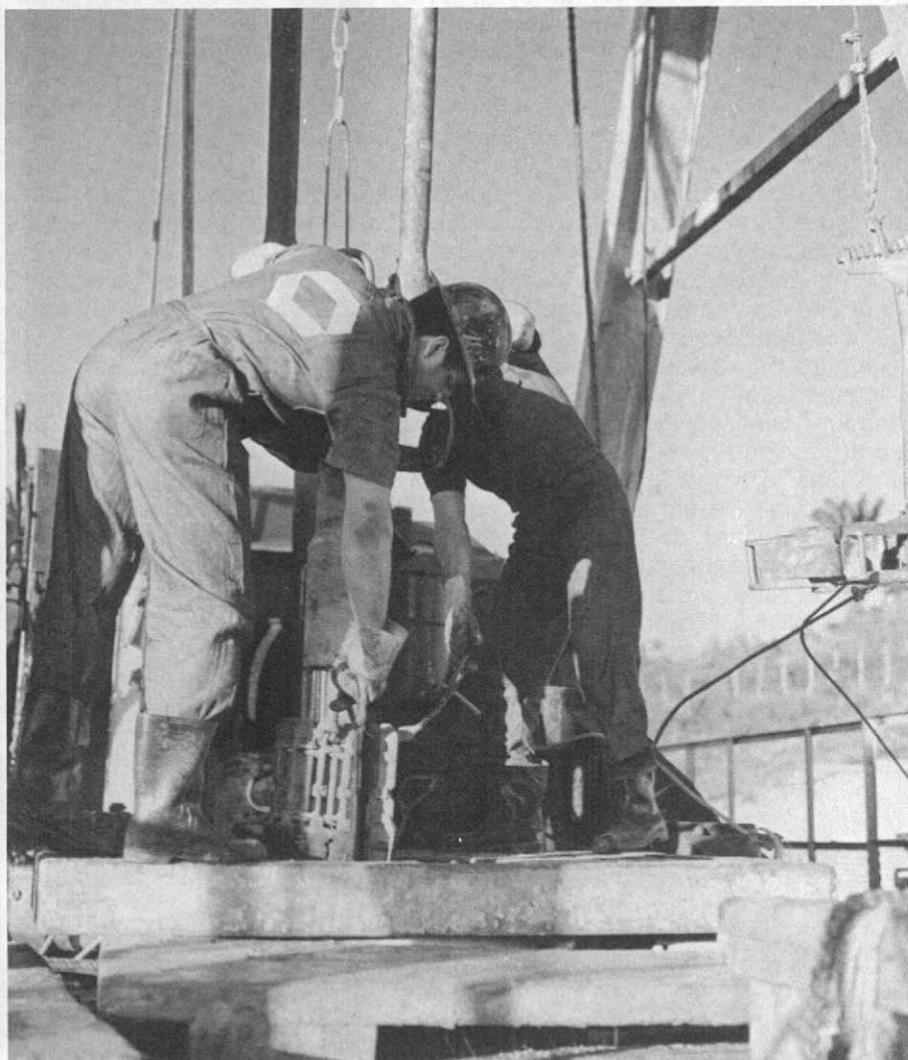
Os Estados Unidos e o Japão, em 1974, tiveram suas atividades econômicas reduzidas em 2,1% e 1,8% e a inflação, nos principais países industrializados, apresentou índices superiores a 10%. O aumento das taxas de desemprego, entre 5% e 8%, provocado pela recessão, continuou em 1975, tornando mais sério o problema para as nações desenvolvidas que também sofreram pesados **deficits** em conta corrente.

Mas foram os países em desenvolvimento não-produtores de petróleo que tiveram suas economias mais duramente afetadas pela crise. Enquanto os países industrializados sofreram mais as conseqüências da falta de petróleo, as nações em desenvolvimento foram afetadas pelo aumento no preço do produto, mais do que o embargo, pois, em sua maioria, são considerados amigos ou neutros, pelos árabes, diante das divergências com Israel.

RECURSOS BRASILEIROS

Do início da crise até agora, o preço do petróleo subiu 400%. Esse aumento conjugado com a redução nos preços das matérias-primas dos países em desenvolvimento, com a elevação nos preços

dos bens de capital e com a concentração das compras dos países produtores de petróleo nas nações industrializadas, praticamente estrangularam as economias do mundo subdesenvolvido, aumentando os **deficits** das balanças de pagamento.



Segundo estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE, o grupo de nações em desenvolvimento, não-produtoras de petróleo, acumulou de 74 a 75, **deficit** de 45 bilhões de dólares.

O Brasil vem conseguindo evitar conseqüências mais graves da crise que lhe foi imposta. Mesmo no período mais agudo da recessão, quando as principais nações industrializadas tiveram que recorrer a esquemas rígidos de contenção (como proibição de circulação de automóveis aos domingos, fechamento de postos de gasolina nos fins-de-semana, restrições ao uso de eletricidade, redução de vôos das companhias aéreas, etc.) o País não teve problemas de escassez de petróleo.

Apesar da difícil conjuntura internacional, a Petrobrás tem conseguido manter o abastecimento nacional de combustíveis aos níveis de consumo. O Brasil não precisou adotar medidas extremas para enfrentar a crise, como os Estados Unidos e nações européias. Mas, como em todo mundo, surgiu a necessidade de providências imediatas para reduzir nossa dependência externa de petróleo (cerca de 78% do consumo nacional) que, em 1975, onerou a balança comercial do País em 3,2 bilhões de dólares.

A curto prazo, o Brasil está utilizando o recurso de limitar o consumo pela elevação dos preços, principalmente da gasolina, evitando o mal maior que seria o racionamento direto. A médio prazo, o País conta com o aumento da produção de petróleo dos novos campos submarinos, com os resultados das explorações no exterior e com a adição do álcool de origem vegetal à gasolina automotiva.



Em prazo um pouco maior, o Brasil espera contar com o aumento da produção através dos contratos de serviço com cláusula de risco e das novas descobertas que serão efetivadas diretamente pelos trabalhos exploratórios da Petrobrás, além da obtenção de petróleo sintético pela industrialização do xisto.

Como não podia deixar de acontecer numa economia cada vez mais interdependente, alternaram-se sensivelmente as condições de intercâmbio comercial do Brasil, com reflexos negativos para a dinâmica do desenvolvimento. Mesmo assim, embora não fosse possível manter a excepcional taxa de 10% de crescimento do período 1970/74, o País adaptou-se aos novos parâmetros da conjuntura mundial, conseguindo situar a taxa de expansão do Produto Interno Bruto em torno de 4%, em 1975. Esse resultado, quando comparado com o de outras economias, pode ser considerado satisfatório, num momento de condições desfavoráveis.

BUSCA DE ALTERNATIVAS

Quando o mundo se deparou com a crise, tornando-se o petróleo fonte de energia cara e, conseqüentemente, escassa, o Brasil já estava em plena luta pelo aumento de sua produção, através de métodos convencionais e com a busca de novas alternativas, internas e externas, para garantir o abastecimento nacional de derivados.

A atuação da Petrobrás no exterior começou em 1972, na Colômbia e se expandiu para outras nações, inclusive em regiões tradicionalmente grandes produtoras, como o Oriente Médio e a África.

Se para algumas nações do mundo a crise significou uma transformação completa nos programas de exploração, para o Brasil, ela representou a intensificação de esforços que já vinham sendo desenvolvidos em várias frentes. Além dos trabalhos exploratórios em terra, que revelaram petróleo na Bahia, Sergipe, Alagoas e Espírito Santo, o País já havia entrado na lista das nações que desenvolveram tecnologia própria para perfuração submarina.

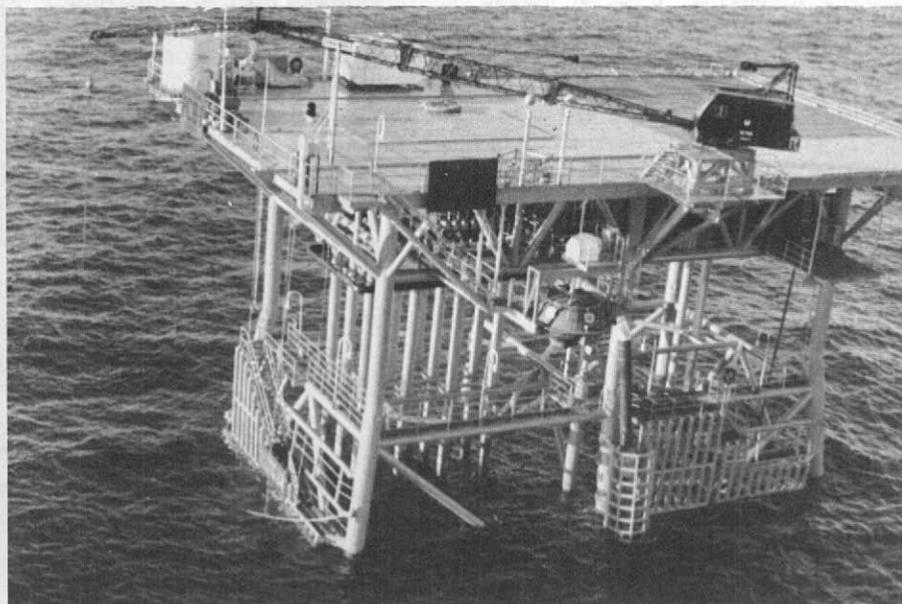
A possibilidade de extração de petróleo sintético das reservas brasileiras de xisto, também já era uma alternativa amplamente pesquisada pelo Brasil, quando o petróleo deixou de ser um produto relativamente barato no mercado internacional. Na sua luta para assegurar novas fontes de energia, no menor espaço de tempo, os técnicos brasileiros desenvolveram um processo próprio para extração de óleo de xisto, atualmente em fase de projeto para escala industrial.

CONTRATOS DE RISCO

O Brasil vem utilizando todo o seu esforço no sentido de garantir o abastecimento nacional de derivados e o tem conseguido. Praticamente, podemos dizer que não tem faltado combustíveis derivados do petróleo em qualquer parte do País, mesmo nos pontos mais distantes. E para que essa garantia seja uma constante, o Brasil vem procurando utilizar todos os meios disponíveis e desenvolver outras alternativas.

Entre as novas soluções para o problema brasileiro do petróleo está a adoção do sistema de contratos de exploração petrolífera com cláusulas de risco, batizado pela imprensa como Contratos de Risco. Ao autorizar a sua utilização pela Petrobrás, o Governo Federal objetivou, em última análise, garantir ao povo os benefícios sociais que, certamente, lhe serão proporcionados pelo aumento da produção de petróleo.

Quando o petróleo era matéria-prima abundante e, por isso, com preços que não provocavam grandes ônus na balança de pagamentos do País, o Brasil podia explorar seu petróleo apenas com recursos próprios, sem muita pressa, pois era mais conveniente comprá-lo no exterior que desviar, para sua exploração, recursos aplicáveis em setores que beneficiariam mais diretamente o povo brasileiro.



Quando o preço do produto subiu de Cr\$ 23,21 o barril, em 1973, para Cr\$ 118,15, atualmente, o panorama passou a ser outro. O Brasil precisando comprar quase 80% de suas necessidades de petróleo passou a ter na importação do produto um dos maiores fatores de desequilíbrio em sua balança de pagamentos.

O País, que já vinha intensificando seu esforço exploratório e descobriu novos campos, viu-se obrigado a aumentar os investimentos na procura de mais petróleo. Como investir mais na exploração, sem desviar recursos de outras áreas importantes do ponto de vista do homem, como educação, habitação, abastecimento, transporte, segurança, etc.?

A solução veio na forma dos contratos de risco, alternativa para qual todos os investimentos na fase incerta de exploração são realizados por empresas contratadas. Com isso, o País aumentará consideravelmente o volume de investimentos em exploração de petróleo, elevando as possibilidades de novas e maiores descobertas e transferindo para as contratantes o risco de gastos na fase aleatória da exploração, uma vez que a procura de petróleo pelos métodos conhecidos assemelha-se a um jogo do qual a sorte é elemento importante, pois só a perfuração pode confirmar a existência de petróleo, e muitas vezes não se encontra óleo após extenso e oneroso trabalho de perfuração.

Esses tipos de contratos de exploração representam uma evolução, pois vieram substituir os antigos regimes de concessão adotados desde o início do século em vários países produtores. Por aqueles sistemas a propriedade da área era praticamente transferida aos concessionários que a exploravam livremente e até em condições predatórias, pagando aos países apenas uma percentagem pela produção, sobre a qual eles também não tinham nenhum controle.

Nos contratos de serviço com cláusula de risco uma das características principais de sua eficiência é justamente a possibilidade de o país produtor exercer controle tanto dos gastos da firma contratada como da produção. Pode-se definir, resumidamente, o contrato de risco como um contrato de serviço no qual a empresa contratada executa todas as operações de exploração e desenvolvimento da produção, arcando com todas as despesas. Se ocorrer descoberta em níveis comerciais, a contratante é indenizada pelos gastos realizados, conforme conta controlada pela Petrobrás, que poderá vetar despesas consideradas excessivas.

A EXPERIÊNCIA COMO BASE

O trabalho da Petrobrás em exploração e produção permite a seus técnicos fiscalizar, com base na experiência, todos os gastos realizados pelas companhias contratadas. A Petrobrás também se valeu, para implantar esse tipo de contrato, de seus conhecimentos como executora dessa modalidade de exploração em outros países, inclusive no Oriente Médio, área de atuação tradicional das grandes multinacionais do petróleo.

Se a empresa contratada para exploração não descobrir petróleo em quantidades comerciais, dentro do prazo estipulado no contrato, os investimentos realizados serão de sua inteira responsabilidade e a Petrobrás será eximida do pagamento de qualquer indenização.



Quando ocorrer revelação comercial de petróleo, além do pagamento dos investimentos realizados, a empresa contratada terá direito a uma remuneração pelos serviços prestados, em dinheiro ou em participação na produção, conforme as peculiaridades do contrato.

O aumento da atividade exploratória no Brasil, como consequência dos contratos de serviço, poderá apressar a tão esperada e necessária auto-suficiência do País em petróleo.

Embora não se possa esperar resultados a curto prazo, uma vez que, entre a descoberta do petróleo e a entrada de um campo em operação comercial, existe um hiato de tempo de três a cinco anos, provavelmente no início da próxima década o brasileiro já estará recebendo os benefícios do aumento da produção de petróleo pelos contratos de exploração.

Esses benefícios virão de várias formas e em vários setores. Contando com seu próprio petróleo para produzir os derivados necessários ao seu consumo, o custo dessa produção será decisivamente mais baixo, provocando a redução dos preços dos combustíveis. Isso trará proveitos para todos os brasileiros, seja reduzindo os custos da produção de bens de consumo e dos transportes, seja diretamente através de combustíveis mais baratos.

Os contratos também contêm cláusula de proteção ao trabalhador brasileiro que terá preferência nas atividades da empresa contratada. Além de abrir novas frentes de trabalho, a presença de grandes companhias de petróleo levará a transferência de tecnologia altamente especializada para o trabalhador brasileiro do setor de petróleo em todos os níveis.

Os resultados positivos que poderão advir da nova modalidade operacional da Petrobrás, em forma de aumento de produção, virão livrar o balanço de pagamento do País de um dos seus maiores ônus — a importação de petróleo — o que certamente trará incontáveis benefícios sócio-econômicos para o Brasil e seu povo.

ESFORÇO BRASILEIRO

O trabalho do Brasil em busca de petróleo começou muito antes que fosse descoberto na Bahia, em 1939. Pioneiros, incentivados pelas ocorrências de petróleo em outras partes do mundo, sondavam o subsolo nacional na busca daquilo que a imprensa batizara como "ouro negro" no final do século passado. Até o início da década de cinquenta afirmava-se a inexistência de grandes quantidades de petróleo no País e era negada a capacidade brasileira para explorá-lo.

Em 1938, o Governo Federal cria o Conselho Nacional do Petróleo, passando para o patrimônio nacional as jazidas existentes em nosso subsolo. No ano seguinte, descobria-se petróleo no Recôncavo Baiano e a luta brasileira pela nova riqueza mineral tomava novo impulso. Ao pessimismo verbal, que declarava como capaz de explorar nosso petróleo apenas as companhias internacionais, o Brasil respondeu com a realidade fátua.

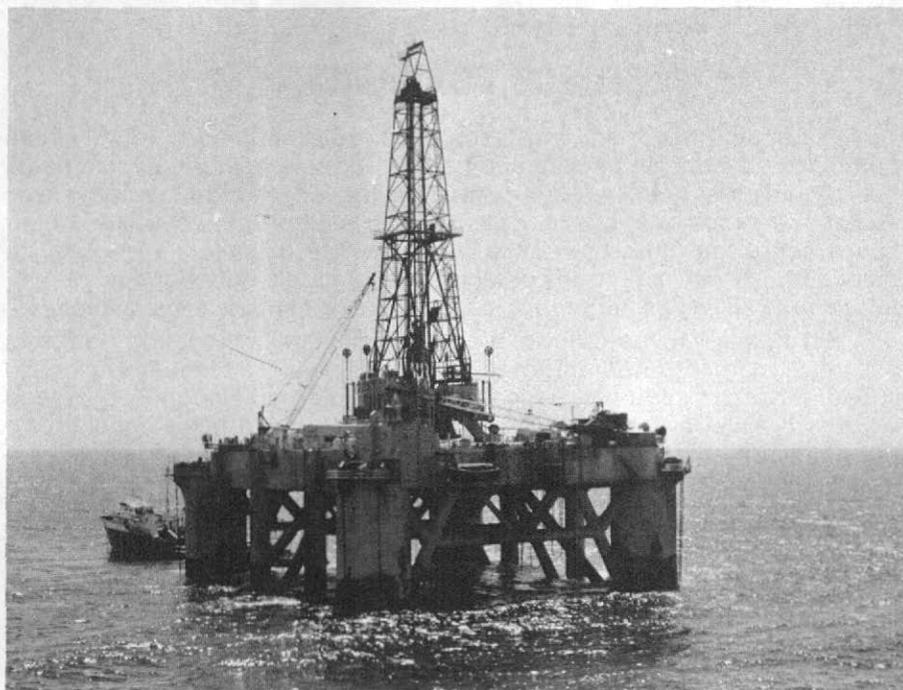
Novos campos foram descobertos e em 1953 o Governo instituiu o monopólio estatal da pesquisa, exploração, refinação e transporte de derivados, estendendo-o, mais tarde, também à importação. Naquele ano era criada a Petrobrás para executar a política do monopólio estatal, solução que está em plena vigência há mais de duas décadas.

A luta brasileira para implantar sua indústria de petróleo, nesse

tempo, proporcionou resultados satisfatórios, ainda que incompletos do ponto de vista de se obter a auto-suficiência na produção, pois foi possível assegurar o abastecimento regular de derivados a todas as regiões do País, sem impor restrições ao consumo.

Lutando contra adversidades de um território de proporções continentais e com responsabilidade de desenvolver um setor industrial altamente especializado, a Petrobrás conseguiu tornar o Brasil auto-suficiente na produção de derivados, desenvolver campos de petróleo em terra e no mar, criar a maior frota de petroleiros da América do Sul, desenvolver as bases da indústria petroquímica nacional e colocar a nossa tecnologia em posição paralela com grandes nações de tradição na atividade petrolífera.

Em 1968, trabalhando já com equipamento construído em estaleiro nacional (Plataforma auto-elevatória "Petrobrás I"), o Brasil fazia sua primeira descoberta submarina: foi o campo de Guaricema, na plataforma continental de Sergipe, hoje produzindo, juntamente com o campo de Caioba, este também no litoral sergipano.



A partir dessa descoberta, a Petrobrás concentrou seus maiores esforços na exploração submarina, onde os poços apresentam maior produtividade. Assim, novas e significativas descobertas petrolíferas vêm ocorrendo na plataforma continental. Atualmente, a Petrobrás conta com vários campos de petróleo no mar, diversificados pelos Estados de Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Estado do Rio de Janeiro, sendo que alguns deles deverão entrar em produção ainda este ano.

FUNÇÃO SOCIAL

Embora sem atingir ainda a auto-suficiência, a exploração de petróleo tem trazido inúmeras vantagens diretas e indiretas para o desenvolvimento econômico e social do País.

Além dos benefícios trazidos para a nação como um todo através da economia de divisas, de sua crescente participação na formação da renda do setor industrial, pelos vultosos investimentos, pelo número de empregos diretos e indiretos que proporciona, a atividade petrolífera nacional também tem sido fator dinâmico de economias regionais.

Quase uma centena de municípios brasileiros têm sua atividade econômica e o seu desenvolvimento social proporcionados pela presença da Petrobrás. Diretamente, através de pagamento de impostos e **royalties** pela produção de petróleo e gás natural, construção de estradas e outros benefícios, e, indiretamente, pela fixação de indústrias-satélites e melhoria das condições sociais de vida regional. Várias cidades brasileiras em diversos estados vêm se beneficiando com a indústria do petróleo, encontrando na presença da Petrobrás solução para muitos problemas da comunidade, como higiene, trabalho, educação e saúde, entre vários outros.

Além de já ter proporcionado ao País economia de divisas de US\$ 5,8 bilhões, a Petrobrás tem incentivado a participação do empre-

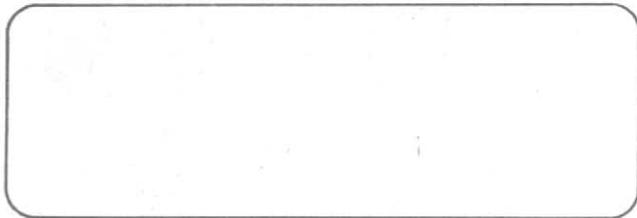
sário nacional nos seus empreendimentos, beneficiando a economia interna e transferindo para o País a tecnologia indispensável ao nosso desenvolvimento e a especialização de nossa mão-de-obra.

No setor de fabricação de materiais e equipamentos tem sido marcante a contribuição da Empresa para substituir produtos importados por similares nacionais. Na atividade de formação de desenvolvimento de pessoal a luta pelo petróleo contribui decisivamente para o aprimoramento da qualidade da mão-de-obra nacional, elevando, conseqüentemente, o salário do trabalhador pela especialização.



Para minimizar os efeitos da conjuntura mundial sobre os preços dos bens de consumo, a orientação do governo tem sido no sentido de, ao estabelecer as inevitáveis elevações nos preços dos combustíveis, fazê-lo de modo a que os menores índices recaiam sobre o diesel, óleo combustível e gás. Com isso procura-se diminuir as conseqüências dos aumentos do preço internacional do petróleo sobre os derivados de maior interesse produtivo e, portanto, coletivo, desviando o maior ônus para o transporte individual.

DESTINATÁRIO



REMETENTE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS
PALÁCIO DO PLANALTO - 3º ANDAR
70 000 - BRASÍLIA - DF